

Editorial

Desde o primeiro número da revista *Práxis Educativa*, a equipe editorial e a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação têm investido na constante qualificação da revista como locus de veiculação de resultados de pesquisa, ensaios teóricos e resenhas de autores estrangeiros e brasileiros. A criação e a consolidação desta publicação, no âmbito do Programa, permitiram uma ampliação da visibilidade e um espaço de intercâmbio com outras instituições e pesquisadores.

Este número marca o início do Doutorado em Educação, aprovado pela Capes em dezembro de 2010. Essa aprovação representa um avanço significativo para a área de Educação da UEPG e para a Instituição como um todo. Espera-se que a implantação do Doutorado venha a dinamizar ainda mais as pesquisas sobre Educação e formação de pesquisadores para a área.

O Doutorado em Educação é o primeiro do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes e constitui-se em um fato de extrema relevância para o contínuo desenvolvimento do setor, para a área de Educação da UEPG, para a Universidade Estadual de Ponta Grossa e para a região dos Campos Gerais, pois colocará os níveis de pesquisa e formação de recursos humanos em um patamar mais elevado. Destacamos que a aprovação do Doutorado segue um processo de amadurecimento e consistência da área de Educação da Universidade, cujos primórdios estão na criação de cursos de formação de professores na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, em 1949, e do curso de Pedagogia, em 1962.

Neste número comemorativo ao início do Doutorado, publicamos 11 artigos, duas resenhas e uma síntese da proposta de implantação do Doutorado em Educação. Os autores estão vinculados a três diferentes instituições estrangeiras (Instituto de Educação/Universidade de Londres, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e Universidad Nacional de La Plata) e a 13 instituições brasileiras (UNISINOS, UERJ, UFSC, UFPA, UFRGS, UNICAMP, UFRJ, UFRRJ, UEM, UNESP/Bauru, USP, UNIPÊ e UNICASTELO e UEPG).

O primeiro bloco de artigos é constituído por textos relacionados ao campo das políticas educacionais. O artigo de Tristan McCowan, traduzido do inglês, apresenta uma exploração teórica sobre a questão do direito à Educação. O artigo avalia como esse direito é expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, identificando as suas limitações no que se refere à escolaridade primária, aos resultados da aprendizagem e ao engajamento em processos educacionais, sendo esse último considerado a base mais sólida. O autor defende que as implicações da escolaridade formal para as desigualdades sociais não podem ser ignoradas. Em razão disso, propõe uma expressão desse direito em duas vias, envolvendo o acesso tanto a uma aprendizagem significativa quanto a instituições que oferecem vantagem posicional. O artigo de Matias Daniel Causa apresenta uma análise de documentos da UNESCO/CEPAL: o Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe – 1981-1989 (UNESCO) e o Documento Educação e Conhecimento: eixos de transformação produtiva com equidade, 1992 (UNESCO-CEPAL), com o objetivo de contribuir para a história recente do campo intelectual da Educação.

O artigo de Eneida Oto Shiroma e Mara Cristina Schneider discute as recentes propostas para avaliação de professores no Brasil. O texto faz uma análise de documentos nacionais e internacionais para identificar objetivos e justificativas para sua implementação, bem como debates em torno das finalidades de tais políticas. As autoras apontam as convergências entre as políticas recomendadas pelo Banco Mundial e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos e as propostas no Brasil, indicando o grande interesse e influência dos organismos multilaterais na definição de políticas para os professores. Theresa Adrião e Vera Peroni apresentam uma análise das consequências para a oferta e a gestão da Educação Pública dos programas Gestão Nota 10 e Escola Campeã, resultantes de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna (IAS). O artigo baseia-se nos resultados de estudos de caso realizados em 10 municípios de diferentes estados brasileiros que integraram uma pesquisa nacional. Indica as regularidades encontradas nas informações coletadas nos estudos de caso, por meio da análise de fontes documentais e entrevistas com gestores municipais. O artigo de Maria Terezinha Bellanda Galuch e Marta Sueli de Faria Sforni analisa a perspectiva de formação defendida por documentos oficiais que orientam a Educação Básica, bem como as práticas pedagógicas que eles sugerem, apontando a relação entre uma política pública de definição curricular e a organização didática do conteúdo escolar. Os resultados mostram que a formação defendida pelos referidos documentos busca atender às demandas de mercado da sociedade atual, valorizando práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de atitudes, valores, competências e habilidades exigidas pela sociedade globalizada. Ao colocar em primeiro plano esse tipo de formação em detrimento da transmissão e apropriação dos conhecimentos disciplinares, a educação escolar diminui seu compromisso com a cultura científica, distanciando-se da função de oferecer os instrumentos simbólicos necessários ao desenvolvimento integral dos estudantes. O artigo de Myriam Southwell analisa os modos pelos

quais a escola secundária configurou-se na Argentina. Esse formato concretizou-se com traços específicos que se consolidaram ao longo do tempo. O artigo destaca alguns desses componentes centrais do formato que estão claramente sendo questionados. Para isso, duas novas modalidades (Escuelas de Reingreso e Escuelas de Familia Agrícola) são destacadas como exemplos de organizações institucionais distintas, que colocam em discussão alguns elementos centrais da forma escolar hegemônica.

Vera Lúcia Messias Fialho e seu grupo de pesquisadoras apresentam a avaliação de um curso a distância sobre deficiência intelectual e do perfil dos seus participantes oriundos de cinco regiões. As autoras concluíram que o Ensino a Distância mostrou-se como ferramenta de formação continuada do professor-aluno, propiciando-lhe aquisição de conhecimentos importantes para a prática pedagógica da Educação Inclusiva, contribuindo para atuação pedagógica compromissada com a diversidade de alunos em sala de aula. O artigo de Rosane Krebsburg Molina e Eliana Schlemmer focaliza a relação entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a qualidade da Educação, na perspectiva dos professores de duas redes municipais de ensino da Região Metropolitana de Porto Alegre. O processo analítico evidencia um significativo descompasso entre as diretrizes políticas que orientam essas ações e o cotidiano dessas escolas; desafio a ser superado com recursos materiais e teóricos que ultrapassem a concepção tecnológica das TIC e a barreira cultural que as limita à finalidade de modernizar o cotidiano escolar. O artigo de Miriam Soares Leite problematiza as leituras recorrentes no campo educacional de escritos de Michel Foucault a respeito dos processos de disciplina e controle nos espaços-tempos escolares da contemporaneidade. Partindo dos registros de um estudo de caso etnográfico, realizado em escola da rede pública municipal do Rio de Janeiro, questiona-se a dicotomização liberdade vs. opressão, com que frequentemente se interpretam as relações escolares, a partir de tais leituras. Em diálogo com o sociólogo alemão Norbert Elias, questiona-se o sentido único que, nessas interpretações, é atribuído tanto à liberdade quanto à regulação do coletivo. O artigo destaca a atualidade da crítica antiautoritária das proposições foucaultianas em discussão, que não se compromete pelo questionamento de suas apropriações em simplificação binária.

Os dois últimos artigos vinculam-se a questões de ensino-aprendizagem. Patricia Bastos de Azevedo e Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro discutem a construção de sentido através de argumentação na História ensinada, dialogando com as teorias dos campos de currículo, da linguagem e cultura buscando compreender uma construção de sentido na História ensinada pela argumentação. O artigo de Renata Cristina Geromel Meneghetti focaliza uma Experimentoteca de Matemática com intuito de discutir algumas possibilidades de sua utilização no processo de ensino e aprendizagem da disciplina. Essa Experimentoteca é composta de diversas atividades didáticas para o Ensino de Matemática (níveis Fundamental e Médio). As atividades foram desenvolvidas seguindo uma abordagem construtivista, na maioria das vezes utilizando-se de materiais experimentais ou jogos pedagógicos, visando proporcionar a construção dos conceitos matemáticos envolvidos. Um experimento é tomado para ilustrar que o uso da Experimentoteca pode se dar incorporado a abordagens alternativas para o ensino-aprendizagem de Matemática. A autora defende que a Experimentoteca pode ser uma aliada no desenvolvimento de trabalhos alternativos em aulas de Matemática.

Finalmente, são publicadas duas resenhas de livros que apresentam discussões altamente relevantes para a discussão sobre os processos de ensino e aprendizagem (Como aprender e ensinar competências) e para a Educação Especial (Educação Especial: diálogo e pluralidade) e um documento com a síntese do Projeto de Implantação do Doutorado em Educação.

Os editores